

# Democracia, totalitarismo e analfabetismo em *O leitor*, de Bernhard Schlink

Luis Junior Costa Saraiva<sup>a</sup>

Elanir França Carvalho<sup>b</sup>

Raquel da Silva Lopes<sup>c</sup>

César Martins de Souza<sup>d</sup>

## Resumo

*A literatura possibilita dialogar sobre momentos importantes da História, trazendo as memórias, os diálogos e o olhar de protagonistas e de outras pessoas que vivenciaram o período. Os anos entre as duas Guerras Mundiais, bem como os massacres perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial, são tema de diversas obras de ficção que propõem refletir sobre um período em que pessoas eram colocadas como servidores de um estado totalitário em detrimento dos direitos coletivos e da cidadania. Em *O Leitor*, Hanna toma decisões que muitas vezes parecem prejudicá-la, na busca por ocultar um grande segredo: não ser alfabetizada. A vergonha de ser analfabeta é tão forte que Hanna renuncia à ascensão profissional optando por ser vista como carrasco nazista para não ter seu segredo revelado. A obra de Bernhard Schlink nos permite descortinar as memórias de um momento da História em que as pessoas foram transformadas em peças de um Estado, agindo não como sujeitos autônomos, com valores ético-morais, mas supostamente em nome de um bem coletivo maior, que seria a construção de uma nação forte.*

**Palavras-Chave:** Bernhard Schlink, Segunda Guerra Mundial, analfabetismo, nazismo.

Recebido em: 28/12/2017

Aceito em: 15/05/2018

<sup>a</sup>Coordenador do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); E-mail: luisjsaraiva@gmail.com.

<sup>b</sup>Professora na Universidade Federal do Pará (UFPA); E-mail: elanirfc@gmail.com.

<sup>c</sup>Professora da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira; E-mail: ralopes@ufpa.br.

<sup>d</sup>Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes de Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA); E-mail: cesar@ufpa.br.

## **Hanna Schmitz e o mal banal**

Tão logo se pôs fim à Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu obrigado a prestar contas com os horrores de um passado ainda prementemente vívido, aquele em que se arquitetou e executou o extermínio do povo judeu, o Holocausto. Desde então, para se haver com as dolorosas memórias, além dos tribunais, onde se julgou e condenou muitos dos líderes nazistas à pena capital, produziu-se um sem número de relatos de toda ordem, da ficção ao documentário, veiculados do livro ao cinema. Mais recentemente, em 1995, o romance *O leitor*, de Bernhard Schlink, veio compor essa lista. Aliás, constitui-se de memórias o relato de seu narrador-personagem, Michael Berg, um homem de meia idade olha em retrospecto acontecimentos que o marcaram aos 15 anos de idade, quando tem um intenso caso de amor com uma mulher 20 anos mais velha, Hanna Schmitz. Os desdobramentos e as insuspeitáveis e aterradoras descobertas sobre a mulher que amara vêm à tona alguns anos depois do fim do relacionamento, quando ele a reencontra no banco dos réus em um tribunal de crimes guerra.

Em três partes, essas memórias estruturam um enredo fragmentado, com quebra de cronologia, permeadas por fluxos temporais, com avanços e recuos, entrecortados pelo presente de um Michael Berg, ainda atônito, tentando recompor o fio da vida. A estruturação não linear do enredo preserva também ao leitor a perplexidade das surpresas vividas pelo narrador. Na primeira parte Michael rememora a paixão e a singular relação com Hanna. Os encontros amorosos logo ganham um inusitado ritual definido por ela: o banho, a leitura de obras literárias e depois o amor. O que ele, em mais de uma ocasião, resume como “leitura, chuveirada, amor e deitar-se lado a lado” (SCHLINK, 2009, p. 59 e 78). A relação chega ao fim quando Hanna, misteriosa e inesperadamente, desaparece, mudando-se do local onde morava. Apesar do abalo da separação, Michael acaba por retomar sua vida.

Até então a relação com Hanna juntava-se a esse período de leveza da existência de Michael. É neste ponto, em que a vida não lhe pesava, que se inicia um segundo e crucial momento de suas memórias: o reencontro com Hanna. Sete anos depois da separação, Michael acompanha, juntamente com colegas de curso e um professor, o julgamento de acusados de guerra

como parte das atividades de seminário do curso de Direito. No tribunal, cinco mulheres são julgadas e, dentre estas, Hanna. A surpresa se dá tanto no nível ficcional, para o narrador, quanto para o leitor. Nessa ocasião revela-se um pouco mais sobre a misteriosa e enigmática mulher. Descobre-se então que, durante a guerra, Hanna alistara-se na SS, indo trabalhar como guarda em um campo de concentração. E a principal peça de acusação recai sobre a morte de algumas centenas de mulheres, deixadas queimar no interior de uma igreja em chamas, cujas chaves das portas estariam sob o controle das cinco guardas. A catástrofe ocorre durante o percurso de uma marcha a pé rumo ao campo de concentração de Auschwitz. Durante o processo de julgamento, Hanna tem um comportamento patético e absurdo sobre os fatos da acusação, com posicionamentos aparentemente estúpidos, que ajudaram a incriminá-la ainda mais.

O enigma de todo o comportamento estranho de Hanna é decifrado quando Michael junta as peças de um quebra-cabeça, e infere, ainda durante o julgamento, que o real motivo de Hanna ter tal atitude seria o fato, ocultado por ela veementemente, de ser analfabeta. Fica-se assim revelado segredo de Hanna, que poderia tê-la livrado da condenação, o que vem explicar muitas situações ambíguas anteriores.

### **Nazismo, direitos humanos e democracia**

Em 1933 Adolf Hitler assumia o cargo de Chanceler da Alemanha e o mundo assistia ao alvorecer de um período que seria lembrado como aquele em que se perpetraram massacres implementados como política de Estado, baseados em discursos morais e antiliberais (HOBSBAWM, 2008, p. 115-126).

O predomínio do Partido Nazista, sob o governo de Hitler, mobilizou grandes massas da população, sob o discurso de tirar a Alemanha da crise econômica profunda em que o país mergulhou após a Primeira Guerra. Também se falava em patriotismo, capitaneado por um governo nacionalista que elevaria o orgulho alemão e devolveria ao país à condição de grande potência mundial. Hobsbawm (2008, p. 151-155) analisa como a violência oficial fazia parte das práticas nazistas que afirmavam buscar uma nova ordem na qual o racismo definia quem eram os cidadãos descendentes da chamada “raça ariana”, os quais teriam direito às melhores condições de vida,

em detrimento de outros grupos e povos, como os judeus, colocados na condição de perseguidos.

Anderson, em *Comunidades imaginadas* (2005), analisa que o racismo é uma faceta desenhada com força no interior dos grupos patrióticos. Para o autor, ideologias racistas estiveram historicamente na base da construção do nacionalismo pois, embora partissem de ideias diferentes, se tornaram, na prática histórica, complementares:

O facto é que o nacionalismo pensa em termos de destinos históricos, enquanto que o racismo sonha com contaminações eternas, transmitidas desde o princípio dos tempos graças a uma sequência infinita de cópulas repugnantes: fora da História. Os negros serão, graças à mancha invisível, eternamente negros; os judeus, semente de Abraão, eternamente judeus, independentemente dos passaportes que possam trazer consigo ou das línguas que falem ou leiam. (Daí que, para os nazis, os alemães judeus fossem necessariamente impostores.) (ANDERSON, 2005, p. 202)

As “cópulas repugnantes” problematizadas por Anderson, que segundo os nazistas teriam “contaminado a raça ariana”, foram utilizadas como argumento para converter duas ideologias de origens diversas, o racismo a-histórico e o nacionalismo histórico, em complementares. Nesse sentido, os regimes autoritários se tornaram um caminho para viabilizar a exacerbação do nacionalismo, sob a égide do racismo patriótico.

O processo histórico que marcou as décadas de 1930-40 fez com que a democracia, um modelo político construído historicamente, fosse utilizado ideologicamente como parte dos discursos para afirmação de ideologias nacionalistas e racistas de extrema direita. Democracia, para os nazistas seria a garantia dos direitos da “raça ariana” em detrimento das outras “raças” que deveriam ser extirpadas, com a colaboração direta ou indireta de todos os cidadãos dotados de direitos, os “arianos”.

Vidal-Naquet (2002, p. 179-191), ao dialogar sobre democracia, afirma que *Variedade* é a palavra utilizada por filósofos como Jean Pierre Vernant, para traduzir a ideia base de democracia na Grécia Clássica. Ocorre que para Vidal-Naquet a palavra *Variedade*, utilizada em língua portuguesa, é a tradução para *poikilía* em grego antigo, enquanto que em grego moderno seria traduzida por *plural*. *Poikilía* seria uma das características fundamentais da democracia ateniense.

Esta ideia de democracia pautada na variedade foi, na análise de Vidal-Naquet (2002, p.179-180), combatida por Platão em *A república*, obra em que se pensa a igualdade de forma diferente da que se afirmou nas democracias modernas.

Platão combatia a igualdade aritmética porque viu nela uma tendência a funcionar como instrumento de mobilização das massas para a construção de repúblicas imperiais, de forma a colocar milhares de cidadãos unidos para lutar pelas conquistas da república, como ocorreu com Atenas. A igualdade aritmética poderia ser usada, por exemplo, como argumento, para os cidadãos se pensarem possuidores de direitos individuais que se sobrepõem à liberdade geométrica, dos grupos e classes sociais, desde que estejam de acordo com o interesse da república. A república, na lógica geométrica, deixaria de representar a cidade-estado de direitos a todos os cidadãos para passar a ser o estado forte contra os outros estados, pelo qual todos devem estar dispostos a lutar.

Esse pensamento pode funcionar como a base de sistemas imperialistas modernos, a partir de regimes pautados na ideia de democracias que violam os direitos e liberdades geométricos, para se estabelecerem de forma imperialista contra outros países ou mesmo grupos dentro de seu próprio território, visando assim garantir os “direitos” daqueles cidadãos eleitos como merecedores – no caso da Alemanha Nazista, os “arianos”.

A garantia da democracia como algo que beneficia algumas pessoas de um mesmo país, em detrimento de outras, veio a ser a base da construção de regimes autoritários, imperialistas e fascistas. Baruch (2010, p. 47-54) argumenta que na França ocupada, durante a Segunda Guerra Mundial, prevaleceu a ideia de que todos os poderes deveriam agir em função dos interesses da nação francesa, como forma de garantir os direitos individuais. Essa ideia de “direitos individuais”, traduzidos em interesses coletivos, suprime os direitos humanos, na medida em que deixa de reconhecer as práticas culturais, os grupos sociais e as liberdades democráticas. Todo o Estado paira sobre os cidadãos e estes vivem para servi-lo, em um sistema semelhante ao comensalismo biológico.

Nesse sistema, a ordem normal seria aquela em que as pessoas servem ao Estado, ainda que esse servir lhes roube direitos coletivos ou fira sua liberdade de consciência e seu

valores ético-morais, enquanto a contrapartida do Estado seria lhes garantir a alimentação e os meios de sobrevivência. Desta forma, os agentes do sistema Judiciário, na França, ao invés de se colocarem como guardiães dos interesses republicanos, se aliaram ao Executivo e ao Legislativo para legitimar um Estado pautado supostamente nos interesses da pátria, se superpondo às liberdades dos componentes da sociedade.

As ideologias que veem a necessidade de supressão da política e de submissão de todos os indivíduos ao país, passando por cima dos direitos dos grupos que compõem a sociedade, estão na base dos regimes totalitários. O sistema histórico que une democracia com totalitarismo e imperialismo teria em sua base, na visão de Vidal-Naquet (2002, p. 179-181), o desvio sofrido desde o surgimento das teorias sobre república e democracia, na Grécia Antiga. Este desvio, como já referido, foi combatido por Platão que acreditava na igualdade construída a partir de todos os que compõem uma república e não através de um supra-estado que reúne os interesses individuais, como forma de submeter e predominar excluindo partes inteiras da sociedade.

Em *O leitor*, a protagonista, Hanna, alega que suas ações como guarda da SS (a polícia secreta nazista) se pautavam no cumprimento de ordens e no que devia ser feito. No julgamento, quando questionada sobre o porquê de, em um incêndio na igreja, ela não ter aberto as portas para que aquelas mulheres pudessem sair para escapar da morte, Hanna surpreende ao alegar tão somente que seguia a ordem normal.

Hanna não questionava: fora contratada para seguir ordens e as seguia. Julgamentos morais em regimes pautados no “interesse nacional” sobrepondo-se aos interesses dos povos e grupos que compõem o país acabam por metamorfosear em anômala a sociedade e a destituir os indivíduos de suas crenças e valores ético-morais, por isso não caberia discutir ou explicar, mas apenas cumprir um “dever”, estabelecido como a ordem “normal”. Como afirma Trindade (2006, p. 91-93), *O leitor* traz a complexa discussão sobre a relação entre direito e moral no mundo contemporâneo.

Durante a Segunda Guerra, a democracia continuava a existir oficialmente na Alemanha Nazista, mas dentro da lógica do desvio levada ao extremo da supressão, aniquilação, exclusão e uniformização. Ao se dar prosseguimento à normalidade

estabelecida pelo regime, aqueles que ainda permaneciam oficialmente como cidadãos poderiam gozar dos benefícios de um regime que existia para excluir e paralelamente lhes trazer a garantia da sobrevivência. Para Cangi (2003), os regimes fascistas coisificam as pessoas a partir da burocratização extrema. O sistema exigia que as pessoas trabalhassem visando “reduzir as afeições [que] é o modo no qual o humano pode produzir o pior, sem aparente servidão nem deleite. Este é o caso dos funcionários do nacional-socialismo” (CANGI, 2003, p. 154).

O regime fascista recria ao extremo a perversão do desvio da democracia ao estabelecê-la como um sistema pairando sobre os grupos que compõem a sociedade para que os indivíduos possam servir ao país e receber os benefícios que em tese o Estado lhes garantirá. Nesse sentido, a literatura vem a ser um instrumento histórico de reação a regimes e práticas autoritárias, bem como um caminho ficcional para a sociedade pensar sobre acontecimentos concretos, como o Holocausto, que mais se assemelham a obras de ficção.

Em períodos excepcionais da História, as obras memorialísticas, ficcionais ou não, geralmente são produzidas *a posteriori*, quando as pessoas começam a buscar entender o que aconteceu e convidam a sociedade a refletir com elas ou tentam expressar o que viveram/sentiram em alguma linguagem possível, como a literária (ROZENCHAN, 2003, p. 189-192).

Hanna, uma personagem fictícia, permite problematizar as vidas de milhares de pessoas que vivenciaram aquele momento e tentaram cumprir seus deveres como cidadãos, como se tudo estivesse em sua lógica e ordem “normais”. As *Comunidades imaginadas* (ANDERSON, 2005) muitas vezes estabelecem os direitos para todos, como forma de privilegiar o direito para alguns. Quando a comunidade, Hanna e as outras guardas que trabalhavam com ela não conseguem enxergar os direitos das mulheres aprisionadas em uma igreja em chamas, elas aceitam a retirada de suas práticas culturais, crenças e valores éticos, para assumir a condição de agentes do Estado. O direito fica, portanto, neste momento da História, pervertido da condição de um instrumento para zelar pela República em algo que existe no sentido de trazer benefícios a alguns a partir da exclusão e expurgo de muitos, tornando o estudo das obras literárias sobre o período fundamentais para compreendê-lo.

Em *O leitor*, Bernhard Schlink abre portas para um passado sombrio, em uma Alemanha povoada por fantasmas do Holocausto, mas em meio aos lugares comuns das dicotomias entre vítimas e carrascos, mocinhos e bandidos, o autor abre possibilidades de reflexão para desconstruir imagens maniqueístas de uma sociedade que ainda hoje presta contas de um dos momentos mais marcantes da história europeia. A literatura é uma viagem que nos possibilita um encontro sensível com o outro, e um retorno ao eu, em um jogo de espelhos. Deleuze (2006, p. 11-17) nos apresenta uma discussão importante sobre literatura, vida e o devir na literatura, esse entre-lugar, nem homem, nem mulher, um entre, um construir-se nas vivências, sem um fim certo, apenas um fluxo que termina por ser o ponto mais importante da construção do eu.

Nas várias etapas da obra é possível visualizar Hanna em seus devires, de mulher sensual que seduz o jovem Michael Berg com sua beleza, passando pela criminoso agente da SS, ou ainda pela analfabeta que se envergonha da sua condição. Assim, somos obrigados a pensar na relatividade de uma situação absoluta, e aí temos um dos pontos mais fortes da obra: a desconstrução de Hanna, ao ser encurralada em um julgamento que a expõe e faz dela o monstro que deve ser julgado e encarcerado, para dar fim a um passado que deve ser resolvido.

Refletindo ainda sobre o devir literário dos personagens é possível acompanhar também os próprios dilemas vivenciados pela sociedade alemã no passado e no presente; e, nesse sentido, não é apenas Hanna que é humanizada ao longo da obra, mas a própria sociedade alemã como um todo. Para além de vítimas e carrascos, temos pessoas comuns que buscavam sobreviver dentro de um regime político que as desumaniza, através das ideologias e das condições sociais impostas.

### **Eichmann X Hanna e a banalidade do mal (Schlink e Arendt)**

Bernhard Schlink mobiliza um vasto conjunto de obras clássicas da literatura universal, dos gregos aos contemporâneos, e o faz imbricar ao enredo de *O leitor*, dando à narrativa um matiz metaliterário. Como ficção, ela volta-se sobre si mesma, ou seja, sobre seu caráter ficcional. O enredo

é ainda transpassado por um cruzamento de outras áreas do conhecimento, especialmente de teor filosófico e jurídico, com as respectivas obras fundamentais arroladas. Vale destacar que Schlink opera dentro dos domínios de seu maior conhecimento e formação, visto que é jurista, professor de Direito e de Filosofia. Com esse instrumental teórico e de erudição, ele apresenta um panorama de questões temáticas e referências bibliográficas, ordenado pelas memórias e questionamentos do personagem Michael Berg, o que dá à narrativa também uma nuance de romance filosófico. Com essa conformação, Schlink estabelece as bases e pontos de reflexão de um debate que trava (ou quer ver travado) em sua narrativa, acerca de um dos maiores horrores da humanidade e suas consequências.

O leitor apresenta e estabelece, em potencial, um leque amplo e vertical de discussão. Dentre os diversos títulos mencionados em *O leitor, Eichmann em Jerusalém* – um relato sobre a banalidade do mal, da filósofa Hannah Arendt (2017), é uma referência crucial para a compreensão da personagem Hanna. A obra, publicada em 1963, deriva da cobertura do julgamento de Adolf Eichmann, agente da SS (polícia secreta nazista) durante a segunda guerra. Foragido na Argentina, é “capturado num subúrbio de Buenos Aires na noite de 11 de maio de 1960” (ARENDDT, 2017, p.32), pela Mossad, a polícia secreta de Israel, e levado a Jerusalém para ser julgado por seus crimes, dentre outros, “contra o povo judeu”, sendo condenado à pena de morte por enforcamento. O julgamento acontece tardiamente, pois muitos desses tribunais foram prontamente realizados no imediato pós-guerra em toda a Europa, sendo o mais notório deles o de Nuremberg.

Os materiais de Arendt saem, originalmente, publicados como artigos na revista *The New Yorker*, da qual era correspondente, e depois reunidos em livro. À época, ainda no calor da hora, as reflexões encetadas por ela levantaram polêmicas, acendendo os ânimos de todos os lados. Um dos motivos das reações foi o fato de o relato contrariar as muitas expectativas, já que Arendt, por sinal uma judia evadida de um campo de concentração, não vira em Eichmann um monstro sanguinário, espumando ódio aos judeus, como muitos esperavam.

No tribunal de Jerusalém, encerrado em uma cabine de vidro, onde Eichmann foi colocado, ela o achou apenas um sujeito muito normal, pai de família, comum. Num ponto adiantado do relato de Arendt, fica-se sabendo ainda que “Os assassinos não eram sádicos ou criminosos por natureza; ao contrário, foi feito um esforço sistemático para afastar todos aqueles que sentiam prazer físico com o que faziam.” (ARENDR, 2017, p. 121). Na “engrenagem nazista”, montada na década de 1930, tudo aparentava uma normalidade, em que líderes, chefes e equipe cumpriam burocraticamente os deveres do ofício; primeiramente com as emigrações, seguida pela concentração e culminando, já em pleno conflito, com o extermínio – este disfarçado nos documentos secretos de a “solução final”. Sustentando-se nesse princípio, Eichmann se defende das acusações a ele imputadas alegando ter sido apenas um funcionário consciencioso, cumprindo ordens de superiores, esforçando-se para realizá-las de forma competente, da melhor maneira possível, com “zelo e dom de organização” (ARENDR, 2017, p. 70). Ainda, o mais chocante, acrescenta que do contrário é que poderia ser punido, por não realizar bem o seu trabalho. Ademais, declara não nutrir ódio algum aos judeus – o que Arendt avalia não ser mentira.

Extremamente perspicaz e pontuada com observações de fina ironia, a reportagem de Arendt dissecou a personalidade do acusado, revelando um homem vazio, habituado à frases feitas. Com isso, apenas em parte concorda com a avaliação dos juízes. Segundo considera, “os juízes tinham razão quando disseram ao acusado que tudo o que dissera era ‘conversa vazia’ – só que eles pensaram que o vazio era fingido, e que o acusado queria encobrir outros pensamentos que, embora hediondos, não eram vazios.” (ARENDR, 2017, p. 61-62) Como os juízes, Arendt concorda que realmente era uma “conversa vazia”, mas genuinamente vazia, e neste ponto ela vai além, pois conclui que Eichmann era um homem vazio. De certa forma, ele estava sendo sincero. E esse foi mais um dos pontos de crítica e polêmica acerca do relato.

Arendt (2017) empreende um esforço para destrinchar os mecanismos da máquina burocrática da “engrenagem” nazista, e entender como pessoas que não eram sádicas, nem pervertidas, ao contrário, comportavam-se dentro de uma

normalidade, inclusive com o apoio das massas e de dirigentes judeus, envolveram-se sem questionar em ações que levaram aos horrores do Holocausto. Parte da explicação desta situação está na teoria da “engrenagem”. Desse ponto de vista, se não fosse Eichmann a realizar aquela tarefa, seria qualquer um outro, pois a máquina burocrática nazista produzia seres cumpridores de ordens. O extermínio foi de tal modo racionalizado, numa lógica de destruição em massa, que transformou os sujeitos em “pequenos dentes da engrenagem” (ARENDR, 2017, p.70), com incapacidade de pensamento, de reflexão e julgamento. E o mais assustador é que qualquer um poderia se um Eichmann. Assim, o mal se torna banal.

Embora a obra Arendt seja citada de forma muito breve e sem destaque no enredo de *O leitor* (SCHLINK, 2009, p. 225), ela apresenta uma chave importante de leitura para o romance. É flagrante a confluência de reflexões entre os dois autores, assim como entre a personagem Hanna e Eichmann. Confrontar as ações e reações de Hanna com Eichmann é fundamental para se decifrar a desconcertante personagem proposta por Schlink. A equivalência entre Hanna e Eichmann não é exata, não sendo simples e nem linear, mas apresenta pontos em comum e algo de essencial: a banalidade do mal, que os torna análogos.

Consideradas as distâncias entre as vertentes de gênero das duas produções, uma documental e outra ficcional, as temáticas de Arendt e Schlink são comparáveis. Um ponto determinante que as liga entre si é tomarem como centro da discussão os julgamentos e os tribunais da Segunda Guerra, assim como todas as questões contíguas ao evento do Holocausto. Se o livro de Arendt é substancialmente a cobertura do julgamento de Eichmann, o de Schlink coloca como ponto crucial e fundamental o julgamento de Hanna. Sobre os acusados recaem crimes de mesma natureza, diante dos quais eles reagem de maneira similar.

Enquanto Hanna é francamente analfabeta, Eichmann é um sujeito que, tendo alguma instrução escolar, enfrentou percalço nesse âmbito de formação: “não conseguiu terminar a escola secundária, nem se formar na escola vocacional para engenharia na qual estava matriculado então. Ao longo de toda sua vida, Eichmann enganou as pessoas sobre suas primeiras dificuldades (...)” (ARENDR, 2017, p. 39). Mas no tribunal, “pela primeira vez na vida ele admitiu seus desastres

iniciais, embora devesse ter consciência do fato de que estava assim contradizendo a si mesmo em diversos itens de sua ficha oficial no nazismo.” (ARENDDT, 2017, p. 40) E ainda no plano das contradições, gabava-se de ser “muito diferente daqueles colegas ‘que nunca tinham lido um livro básico [Judenstaat de Herz]’” (ARENDDT, 2017, p. 70)

O tema da instrução escolar apontado por Arendt produz ainda outras ressonâncias na personagem de Schlink. Enquanto de um lado, Eichmann, com suas mentiras, galga postos superiores de trabalho, alçando patentes mais elevadas, como aponta Arendt: “Entre 1937 e 1931, ele recebeu quatro promoções; em catorze meses, passou de Untersturmführer para Hauptsturmführer (isto é, de segundo-tenente a capitão); e em um ano e meio mais passou a Obersturmbannführer, ou tenente-coronel.” (ARENDDT, 2017, p. 78-79); de outro, Hanna faz o caminho inverso: por ser analfabeta, ela se obriga a descer na escala dos postos de trabalho.

As reações patéticas aos interrogatórios também é um aspecto que se destaca e que aproxima Hanna e Eichmann. A cada inquirição Hanna apresenta respostas complicadas do ponto de vista de uma possível absolvição ou redução da penalidade. Sobre o motivo de não terem aberto as portas da igreja, a resposta é quase infantil, de alguém que parece não ter a capacidade de reflexão sobre o significado das ações:

Não podíamos simplesmente deixá-las fugir! Éramos responsáveis... Quero dizer, tínhamos vigiado durante todo o tempo, no campo de concentração e no transporte, era esse o sentido, o de vigiá-las para que não fugissem. Por isso é que não soubemos o que devíamos fazer. (SCHLINK, 2009, p. 142)

Além do alegado cumprimento um dever de função, quando questionada pelo juiz sobre se sabiam do destino das prisioneiras, a resposta vem com uma lógica estarrecedora: “As senhoras não sabiam que estavam mandando as prisioneiras para a morte? / Sim, mas as novas vinham, e as velhas tinham que dar lugar para as novas.” (SCHLINK, 2009, p. 123). E sobre não terem destrancado as portas da igreja enquanto as prisioneiras queimavam lá dentro, ela titubeia uma resposta ainda mais desconcertante, num misto de ingenuidade e desamparo de causar pena: “Não sabíamos agir de outro modo” (SCHLINK, 2009, p. 141).

De volta a Eichmann, Arendt aponta a incrível incompetência com a forma de se expressar. Ele havia declarado sua: “única língua [...] o oficialês [Amtssprache]” (ARENDR, 2017, p. 61). Para ela a “questão é que o oficialês se transformou em única língua porque ele sempre foi genuinamente incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê.” (ARENDR, 2017, p. 61) Além dos clichês e outros tantos problemas no plano da linguagem, o relato revela um Eichmann que não consegue operar de modo satisfatório os recursos linguísticos, tornando-se cômico com certos usos que faz da língua. Arendt lamenta que “parte do humor não [possa] ser transmitido em outra língua, porque está justamente na luta heroica que Eichmann trava com a língua alemã,

Sobre atualidade do problema: a banalidade do mal, sendo a incapacidade de pensamento, de reflexão e julgamento, podendo ser produzida por seres normais, comuns, e não por sádicos, pervertidos, pode se manifestar sempre que essas condições se apresentarem. Portanto, as portas para a banalidade do mal devem estar sempre sob vigia.

### **Hanna Schmitz e a transfiguração do mal na vergonha de ser analfabeta**

Em sociedades grafocêntricas, como já o era em grande medida a Alemanha urbana cenário do romance *O leitor*, de Bernhard Schlink, a identificação da pessoa é muito fortemente marcada pelo mito fundador do homem/mulher ocidental, surgido na Grécia por volta do ano 700 a. C. com a invenção do alfabeto. A invenção da escrita alfabética é uma transformação tão radical na nossa história que a partir dela o ser humano passa a ser definido como ente dotado de razão, uma razão tornada possível por essa tecnologia mental que nos inaugurou como *homo graphos*. Para Rafael Echeverría (2016), foi justamente esse fato que criou as condições a partir das quais se originou o homem ocidental: “La invención del alfabeto dio origen a cambios fundamentales en la sociedad. Nuestras nociones de educación, de sabiduría y de convivencia social fueron todas profundamente transformadas. Surgieron nuevas prácticas sociales [...] Se inventó la democracia” (ECHEVERRÍA, 2016, p. 20).

Assim, da Grécia Antiga à Europa Moderna, foi se enraizando e espalhando a ideia de ser humano fortemente calcada na posse dessa “tecnologia do intelecto”, conforme a nomeia Jack Goody (1988). Nessa perspectiva, àquele que não a conhecer, possuir, dominar resta o lugar do não-humano ou do infra-humano. A esse respeito, para o cenário francês, Bernard Lahire (2005) apresenta uma análise igualmente interessante sobre a formação dos discursos públicos sobre o “iletrismo”, mostrando como foi se constituindo a percepção do iletrado, do analfabeto, à imagem e semelhança de seres infra-humanos, por causa de sua suposta limitação em termos da posse de certas capacidades simbólicas cuja ausência o rebaixaria a uma sub-humanidade:

Sachant que l'on caractérise anthropologiquement l'homme (à la différence de l'animal) par sa capacité de médiation symbolique par le langage, le présupposé d'un tel propos est de laisser penser que l' "illettré" serait une sorte d'infra-homme, de sous-homme, d'animal social dont les "médiations" avec le monde et avec autrui seraient limitées, voire absentes (LAHIRE, 2005, p. 222).

Essa ideia de desumanização, ou de subumanidade, em função da ausência da capacidade de ler e escrever está, provavelmente, relacionada ao ideário marcadamente etnocêntrico que foi se formando nas sociedades ocidentais a respeito da existência de uma linha divisória entre diferentes possibilidades de organizar a experiência humana, e que conferiu ao Ocidente um lugar privilegiado de observação. O problema é que ao olhar para fora de seus limites, isto é, para os outros povos, os “iletrados”, era fácil para os europeus atribuí-lhes essa falta como definidora de uma genuína inferioridade; mas esqueciam-se de que, entre si mesmos, a escrita não estava universal e plenamente distribuída, havendo, portanto, desse ponto de vista, concidadãos portando esse estigma, a exemplo da personagem analfabeta de Bernhard Schlink (2009), tão emblematicamente projetada no romance *O leitor*.

Hanna Schmitz é uma evidência literária da modelagem por meio da qual se constrói e incute no imaginário social a definição do lugar e do papel dos analfabetos em uma sociedade letrada, modelagem que produz efeitos de sentido e que em determinadas circunstâncias se materializa e é incorporada pelos próprios sujeitos assim designados, que, sem

sequer tomar consciência desse fato, reproduzem o eco desse discurso e assumem, pela negação, o estigma do analfabetismo como rebaixamento de sua condição humana, tão divulgado por diferentes meios de comunicação e em diversas instâncias de produção e de reprodução do saber letrado.

Esse estigma é tão poderoso, mas tão poderoso que pode levar uma pessoa a experimentar um nível de vergonha sem precedentes no espectro do qual chega a assumir a autoria de atos graves pelos quais, de fato, não tem inteira responsabilidade. Essa vergonha insuportável, essa culpa original pelo não saber (ler/escrever), se inscreve na identidade privada de uma pessoa ocidental de forma estruturante (e estruturada) a ponto de ela sacrificar a própria liberdade: bastaria Hanna ter dito ao juiz que era analfabeta e que, portanto, não poderia ser autora daquele fatídico relatório para que esta peça de acusação perdesse em parte seu potencial probatório de culpabilidade. Mas ela não o faz! Submete-se a uma sanção negativa conjuntural (a condenação à prisão) para fugir de outra sanção igualmente negativa, porém mais degradante para ela porque estrutural de sua identidade pessoal: a condenação à vergonha de ser analfabeta<sup>1</sup>.

Aos que não experimentaram ainda nada parecido, e que se sentem confortáveis instalados num lugar social que lhes é favorável, as reações de Hanna podem parecer intempestivas e até irracionais. Mas elas apresentam uma harmonia com a identidade privada dessa mulher e guardam certa simetria com a estrutura de coerência de sua personalidade, desde os espaços mais privativos de seu eu na relação com o amante enamorado até o extremo da exposição pública de um determinado domínio social, como o julgamento. Lembremos a esse respeito duas cenas emblemáticas: o desentendimento provocado pela não leitura de um bilhete avisando da saída de Michael para pegar café, que provocou um acesso de fúria e culminou num ato de violência física contra ele porque, sem saber do motivo que o levava a se ausentar ela se sentiu abandonada (SCHLINK, 2009, p. 62); e o momento do interrogatório que versa sobre a autoria do relatório: “- Foi a senhora quem escreveu o relatório? (...) - Não, eu não escrevi. Tem importância quem foi que escreveu?”

Quando um promotor aconselhou a contratação de um perito para dirimir a dúvida pela comparação entre a letra escrita no relatório e a letra da acusada, ela reagiu: “- Minha

<sup>1</sup> A vergonha aqui pode ser entendida em um sentido bem próximo àquele usado por E. Goffman, como o sentimento que a pessoa experimenta ao se dar conta de que não é portadora de um atributo requerido e valorizado em determinado contexto ou que, sendo portadora, não o apresenta em qualidade suficiente às exigências daquela situação específica. (cf. GOFFMAN, E., 1988, p. 17)

letra? Os senhores querem a minha letra... (...) Os senhores não precisam buscar nenhum perito. Eu confesso que escrevi o relatório.” (SCHLINK, 2009, p. 144). Não sendo portadora da competência de escrever requerida no momento, para mostrar sua letra (o que poderia livrá-la da pena maior), ela escolhe escapar do vexame de se mostrar analfabeta e se imputa uma carga de culpa incompatível com o caráter apenas auxiliar (braçal?) de suas ações na engrenagem da morte das mulheres judias no incêndio da igreja, numa atitude apenas aparentemente contraditória, pois

Além dos símbolos de prestígio e dos símbolos de estigma, pode-se achar uma outra possibilidade, ou seja, um signo que tende – real ou ilusoriamente – a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão mas lançar sérias dúvidas sobre a validade da identidade virtual. (GOFFMAN, 1988, p. 54)

Como dito anteriormente, o gesto ambivalente de Hanna, após breve titubeio (“– Minha letra? Os senhores querem a minha letra...”), é apenas aparentemente contraditório, visto que em relação à lógica que governa sua postura pública, de firmeza no propósito de negar mostrar-se analfabeta, ele é absolutamente coerente: “Eu confesso que escrevi o relatório” (SCHLINK, 2009, p. 144)

Ao optar pela imputabilidade de culpa máxima resultante de assunção da autoria do relatório, Hanna atua de acordo com o *script* desenhado para sua personagem ao longo da obra: “Ela (...) abertamente não vivia de uma promessa, mas sim do aqui-e-agora” (SCHLINK, 2009, p. 47). E naquele “aqui-e-agora” do julgamento ela precisava escapar do estigma do analfabetismo... pouco importava a promessa de amenização de sua culpa no futuro. O que não significa que ela desconhecesse de toda a forte assimetria que hierarquiza os diversos saberes existentes e que situa os seus saberes (predominantemente orais) em degraus muito baixos em relação aos saberes técnico-científicos (formalizados por escrito) numa escala de valores que, de certo modo, reflete a própria hierarquia da estrutura da sociedade. Como nos lembra I. Ratto (1995), por essa homologia – aceita de forma quase naturalizada inclusive por muitos daqueles que se dizem indignados com a situação dos analfabetos – a história ocidental assim define a relação de poder e dominação entre

letrados e iletrados e impõe formas de discurso que significam as diferenças de organização das sociedades contemporâneas:

Ao perpetuar a valoração da crença de que o poder deriva do conhecimento, conhecimento este fornecido pela ciência, a história definiu os papéis a que estão submetidos os analfabetos na sociedade contemporânea: eles representam, na sua grande totalidade, apenas a força de trabalho braçal. No sistema de valores da sociedade letrada, a importância do analfabeto se limita, assim, ao que ele produz com sua força física de trabalho.” (RATTO, 1995, p. 268)

Na engrenagem nazista, Hanna Schmitz era isso: apenas a força de trabalho braçal. Era um ‘dente’ dessa engrenagem que precisava funcionar – como já se disse em outros momentos deste artigo, ela precisava cumprir seus deveres como cidadã alemã fazendo o trabalho para o qual fora contratada. Não tinha competência para avaliar/ponderar as ordens recebidas e nem precisava fazê-lo porque o lugar destinado nas sociedades ocidentais para os analfabetos é esse: o não-lugar da execução, do cumprimento tácito e subserviente das decisões tomadas pelo ocupante do polo oposto na escala do letramento, o pensador/aquele que sabe, que conhece porque é detentor do código no qual são cifradas tais decisões.

### **Do relativo desamparo à redenção e da redenção ao desamparo absoluto**

Ao aprender a ler na prisão, Hanna passa a compreender a gravidade de suas ações na engrenagem nazista. Como já referido em outro momento deste texto, pela via da educação literária ela passa a tomar conhecimento “do outro” – aquele outro a quem ela fez sofrer até a morte. O deslocamento do lugar de analfabeta para o lugar de leitora transforma sua maneira de ver o mundo e o outro. Esse movimento, como técnica de construção narrativa, é bem interessante. Mas não podemos deixar de ver aqui, no plano literário, a reaparição do que H. Graff (1979) chama de “the literacy myth”, o fantasma da alfabetização, como senha de acesso ao mundo do ‘verdadeiro’ conhecimento, da maioria humana, da ‘idade da razão’.

Assim como na vida social, no plano da ficção o mito da alfabetização se impõe abertamente: “Analfabetismo é minoridade. À medida que Hanna tivera disposição de

aprender a ler e a escrever, dera o passo da minoridade para a maioria, um passo de esclarecimento” (SCHLINK, 2009, p. 206). Mesmo encarcerada, velha, sozinha e com um horizonte de vida altamente reduzido, ela agora alcançou a plenitude da dignidade humana, a maioria, porque aprendeu a ler. Como apontado por Lopes (2009, p. 201-279), desloca-se a ênfase da esfera da produção e acumulação de riqueza (Hanna não estudou por qual motivo? Era uma opção sua ser analfabeta?) para a esfera da representação, do simbólico, transformando-se uma situação decorrente de uma opção política e econômica, a distribuição desigual do acesso à riqueza, em um problema social não mais de natureza econômica, mas de caráter progressivamente cultural. E, assim, as desigualdades de acesso à escrita, cujas consequências vão permitir uma caracterização do problema no plano da cultura, passam a ser combatidas em si mesmas como grande inimigo do progresso e do desenvolvimento humanos, pois “a dignidade pessoal [aquilo pelo que se define um ser humano] começa a passar pela questão do saber e mais particularmente pelo saber ler” (LAHIRE, 2005, p. 56).

Dessa forma, “a ‘ignorância’ é promovida à pior das injustiças, e os pobres não são mais aqueles que conhecem a pobreza econômica, mas uma população definida culturalmente por sua ignorância” (*idem*, p. 59). O elemento cultural passa, assim, a compor a essência do problema do analfabetismo a partir do momento em que se transmuda o caráter da dignidade da pessoa humana de traço inerente e inalienável a patamar a ser alcançado pela instrução, pelo saber; em outros termos, para ser verdadeiramente humano é preciso saber ler e escrever. Atavicamente, a literatura repete (ou reflete?) a ideologia do mito da alfabetização e a humanidade se reveste assim de uma roupagem cujas determinações históricas são apagadas e transformadas em aspirações ideais, de um ser humano genérico, abstrato, mas coincidentemente mais próximo do ideal de Homem forjado pelo Ocidente urbano e letrado, em detrimento daqueles outros humanos para quem a cultura escrita não tem essa importância nem essa função.

Mas, como a arte imita a vida, e a vida não se deixa enclausurar num desenlace feliz, Hanna sabe, assim como os gregos que aprendera a ler, que “não há retorno” e decide “voltar para novamente partir”, mas dessa vez em definitivo.

De seu desamparo relativo como analfabeta, passando pelos percalços que essa condição social lhe impôs, ela se joga no desamparo absoluto da morte – porque, assim como seu criador, sabia não haver lugar no mundo para gente como ela. E tão devastador quanto os sistemas totalitários, esse é um outro subproduto do “grande desvio” a que as democracias modernas estão condenadas: não há lugar para todos na república em que os interesses individuais, em nome do ideal democrático, se sobrepõem aos interesses republicanos (VIDAL-NAQUET, 2002, p. 179-181).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BARUCH, M. O. Sociedades e regimes autoritários. In: ROLEMBERG, D. & QUADRAT, S. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade consenso e consentimento no século XX – Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 45-64.

CANGI, A. Imagens do horror. Paixões tristes. SELIGMANN-SILVA, M (Org.). *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2003, p. 139-169.

DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 2006.

ECHEVERRIA, R. *Ontología del lenguaje*. Buenos Aires: Granica, 2016.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOODY, J. *A domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

GRAFF, H. *The myth literacy: literacy and social structure in the nineteenth-century city*. New York: Academic Press, 1979.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LAHIRE, B. *L' invention de l' "illettrisme"*. Paris: La Découverte, 2005.

LOPES, R. *O letramento selvagem: um estudo sócio-antropológico da apropriação da escrita por trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2009.

RATTO, I. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, A. (org.) *Os significados do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995, p. 267-290.

ROZENCHAN, N. As crianças de Alterman. SELIGMANN-SILVA, M (Org.). *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2003, p. 189-207.

SCHLINK, B. *O leitor*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TRINDADE, A. Direito, Literatura e emancipação: um ensaio sobre o poder das narrativas. *Revista Jurídica*. Curitiba, v. 33, n. 44, p. 86-116, 2006. Disponível em <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1739/1133>. Acesso em 27.12.2017.

VIDAL-NAQUET, P. *Os gregos, os historiadores, a democracia – o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

## **Abstract**

### **Democracy, totalitarianism, and illiteracy in *The Reader*, by Bernhard Schlink**

*Literature makes possible dialogues about important moments of History by bringing the memories, dialogues, and view of main characters and other people who have lived the period. The years between the two World Wars as well as the massacre perpetrated during the World War II are theme of diverse fiction works that propose to reflect about a period in which people were placed as servants of a totalitarian state to the detriment of the collective rights and the citizenship. In *The Reader*, Hanna takes decisions that, for many times, seem to harm her, in the search for omitting a big secret: not being literate. The shame of being illiterate is so strong that Hanna renounces the professional rise or even prefers to be seen as a Nazi executioner not to have her secret revealed. The work of Bernhard Schlink allows us to unravel a moment of History in which people were turned into pieces of a state, acting not like autonomous subjects, with ethical and moral values, but in the name of a greater collective good that would be the construction of a big and strong nation.*

**Keywords:** Bernhard Schlink, World War II, Illiteracy, Nazism.